

Política

GESTÃO PÚBLICA

# OAB sinaliza Adin contra aposentadoria especial

Executivo gaúcho decidiu não se manifestar sobre a matéria; Assembleia Legislativa pode promulgar novo regime previdenciário

O Projeto de Lei Complementar (PLC) 249, que cria um regime de previdência especial para os deputados estaduais foi considerado inconstitucional pela Ordem dos Advogados (OAB) do Rio Grande do Sul. O conselho da entidade apontou diversas irregularidades na aprovação do texto proposto e aprovado pelos próprios parlamentares. Como o governo do Estado decidiu não emitir opinião sobre a matéria, o projeto pode ser promulgado pelo presidente da Assembleia Legislativa, Gilmar Sossella (PDT), e a seccional gaúcha enviará sua deliberação para o Conselho Federal da OAB, sinalizando para o ingresso de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), no Supremo Tribunal Federal (STF).

Conforme o presidente da OAB gaúcha, Marcelo Bertoluci, a proposta é inconstitucional porque o Estado não tem competência para legislar sobre regime previdenciário. "Este projeto é absolutamente viciado. Além de violar a Constituição, ele desrespeita a cidadania do Estado. São vários os argumentos - quer na linha da atividade privativa da União Federal para disciplinar a matéria - quer ainda no conceito constitucional acerca de mandato eletivo temporário", disse.



Sistema diferenciado para deputados é inconstitucional, diz Bertoluci

A posição da OAB foi anunciada na sexta-feira, no mesmo dia em que o Executivo estadual divulgou seu posicionamento sobre o tema. Em entrevista coletiva, o chefe da Casa Civil, Carlos Pestana, afirmou que o governo não se pronunciará para deixar a decisão com os parlamentares. "O projeto teve a adesão da maioria consolidada dos deputados, o veto só levaria a uma nova votação e provavelmente seria derrubado. Não estamos omitindo posição, apenas respeitando a autonomia dos poderes", afirmou Pestana.

O PLC 249 foi aprovado com 29 votos, no fim de novembro.

Apenas a bancada do PT, um parlamentar do PDT e outro do PSDB votaram contrários à matéria. O projeto estabelece que os deputados estaduais podem se aposentar com 35 anos de mandato e 60 de idade, com o salário integral, que atualmente é de R\$ 20 mil, ao invés do teto da aposentadoria geral do INSS, de R\$ 4,3 mil.

Caso tenha a idade mínima, com o cumprimento de apenas dois mandatos, o parlamentar poderá pedir aposentadoria proporcional - em valor próximo ao recebido pelo INSS. Em caso de morte, dependentes podem solicitar o benefício.

RELAÇÕES EXTERIORES

## Chanceler é mantido à espera de indicação de substituto

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, está prestes a sair do cargo. Nomeado há apenas um ano e meio para substituir Antonio Patriota,

Figueiredo perdeu o lugar com a decisão da presidente Dilma Rousseff (PT), influenciada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de fazer o governo brasilei-

ro retomar os caminhos do comércio exterior. Com um déficit nas contas externas de US\$ 4 bilhões, o Brasil precisa voltar, de novo, os olhos para a promoção comercial - uma área com a qual o ministro não tem qualquer familiaridade.

Fontes ouvidas pela reportagem confirmaram que Figueiredo só não sai se Dilma não conseguir nenhum substituto, o que seria improvável, apesar de nenhum nome forte circular no momento. Mais do que isso, pela primeira vez, desde que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi chanceler do governo de Itamar Franco, o cargo pode voltar às mãos de um político, se vencer a tese que está sendo defendida por Lula, de onde vem a maior pressão pela substituição de Figueiredo sem que haja, no entanto, um forte candidato.



Luiz Alberto Figueiredo não teria perfil para novos desafios

PARTIDOS

## Rede Sustentabilidade define novos nomes para a cúpula

Em reunião realizada no fim de semana em Brasília, o diretório nacional da Rede Sustentabilidade definiu novos nomes para a cúpula do grupo, que tenta viabilizar sua formação como partido político. As mudanças na executiva nacional foram motivadas pela saída de Walter Feldman, então porta-voz da sigla, e de outros quatro integrantes do grupo que tem como principal expoente a ex-ministra Marina Silva.

Quem assume o posto de porta-voz é Bazileu Margarido, que já fazia parte da executiva, ao lado de Gabriela Batista. Feldman, um dos principais operadores políticos da Rede, deixou o grupo para assumir cargo na Federação Paulista de Futebol. "Houve uma recomposição, mas sem grandes mudanças de rumo", resumiu Margarido sobre o novo grupo.

Além de Feldman, outras quatro baixas foram oficializadas na reunião deste fim de semana. Haldor Omar, Cassio Martinho,

Thiago Rocha e Martiniano Cavalcante pediram para deixar a Executiva Nacional. Uma das cinco vagas abertas com a mudança na Rede será preenchida pela vereadora de Maceió Heloísa Helena - eleita pelo P-Sol.

De acordo com Pedro Ivo Batista, integrante da executiva, os quatro que pediram para deixar a cúpula terão outras tarefas no partido. "Na nota que cada um enviou individualmente, não se fala em divergência política. Apenas informam que irão continuar na Rede, mas não mais em funções da executiva."

Nos bastidores, a saída de parte dos integrantes da executiva é vista como consequência de divergências políticas internas, intensificadas pelo apoio dado por Marina ao tucano Aécio Neves no segundo turno presidencial. A "readequação de tarefas" na Rede é vista como uma forma de fortalecer o processo de coleta de assinaturas para viabilizar a formação do partido.



Heloísa Helena (e) integrará executiva da sigla de Marina Silva

DISTRITO FEDERAL

## Gestão Agnelo Queiroz deixará rombo nas contas públicas do DF

A cidade-parque idealizada pelo urbanista Lúcio Costa está mais para matagal neste fim de ano. Os gramados que caracterizam Brasília não são cortados há meses e as árvores tombadas com as chuvas obstruem calçadas e cicloviárias. O visual da capital reflete o desajuste das contas do governo do Distrito Federal ao fim da gestão de Agnelo Queiroz (PT), que não chegou ao segundo turno na tentativa de se reeleger este ano.

De janeiro a outubro, as despesas superaram as receitas em R\$ 3,2 bilhões. A meta fixada para o ano - um rombo de R\$ 971 milhões - não deverá ser atingida. No

balanço oficial, esse déficit deve ficar em R\$ 2,2 bilhões.

Na semana passada, protestos de funcionários públicos que ainda não receberam os salários de dezembro fecharam quase todos os dias o Eixo Monumental, que corta a cidade de Leste a Oeste, tornando o trânsito caótico.

Assim como o governo federal, que penou nas últimas semanas para aprovar no Congresso Nacional uma manobra para fechar as contas, o governo do Distrito Federal precisou do aval do Legislativo para não terminar o ano sem fundos e descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.